

TURISMO BASEADO NA COMUNIDADE E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: POLÍTICAS E PRÁTICAS EM FOZ DO IGUAÇU E REGIÃO

Ana Solange Biesek

RESUMO: O objetivo central do estudo é avaliar a política de desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) no contexto regional de Foz do Iguaçu, Paraná. O trabalho investigativo utiliza-se de ferramentas de diagnóstico, aplicadas em escala geográfica local e regional, de estudo exploratório sobre as experiências brasileiras atualmente em curso e do método qualitativo, a partir da realização de entrevistas com atores locais ligados ao poder público, ao setor privado e às comunidades locais. A conclusão geral do estudo aponta para a necessidade de que o planejamento e a gestão do turismo devem integrar aspectos sociais, espaciais, culturais e ambientais, compartilhando uma base territorial comum, com potencialidades e dificuldades similares, além de incorporar os diversos atores sociais como órgãos públicos, agentes privados e comunidades locais.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Foz do Iguaçu; Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.

ABSTRACT: The main objective of the study is to evaluate the development policy of the Community Based Tourism (TBC) in the regional context of Iguassu Falls, Paraná. The investigative work makes use of diagnostic tools, applied to local and regional geographic scale exploratory study of Brazilian experiences currently in progress and the qualitative method, from interviews with local actors linked to the government, the industry private and local communities. The overall conclusion of the study points to the need for planning and tourism management must integrate social, spatial, cultural and environmental, sharing a common territorial base, potential and similar difficulties, as well as incorporating the various social actors as organs public, private actors and local communities.

Keywords: Tourism Community-based; Iguassu Falls; Cities surrounding the Itaipu Lake.

INTRODUÇÃO

O turismo é uma das mais importantes atividades turísticas mundiais, um dos segmentos que mais crescem no país, tem ajudado a redesenhar as estruturas existentes, influenciando a globalização e os novos blocos econômicos. Porém, as comunidades, na maioria dos casos, não têm se beneficiado do crescimento do turismo nacional, pela falta de comprometimento com o desenvolvimento local.

Essa proposta de pesquisa tem como objetivo o contexto de desenvolvimento de iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) e analisar os desafios que envolvem o processo de comercialização das atividades para sua

consolidação, como um modo de organização do turismo no âmbito local, que seja socialmente justo, ambientalmente responsável e economicamente viável.

O turismo de base comunitária (TBC) vem se consolidando nos últimos anos no Brasil. O mercado tem se modificado, muitos turistas querem ter uma viagem diferenciada, de experiência, engajada com projetos de cunho social e ambiental, e paralelo a isso, tem crescido o despertar da consciência para as iniciativas que buscam promover um turismo mais justo e sustentável.

Em decorrência da relação com a economia solidária, geração de trabalho e renda, inclusão social, desenvolvimento local, o turismo de base comunitária (TBC) tem despertado o interesse da política nacional do turismo, porém pelo fato de não impulsionar a ampliação direta do Produto Interno Bruto (PIB) do turismo, de empresas turísticas ou destinos já consolidados, ainda tem pouca relevância no âmbito das políticas públicas, inserções de mercado ou estudos acadêmicos.

As iniciativas de TBC representam uma forma singular de estruturação e organização de roteiros e/ou regiões em que se compatibiliza a oferta de produtos e serviços turísticos diferenciados, com a produção de melhoria na qualidade de vida das comunidades locais. É necessário priorizar o planejamento desses territórios, estruturá-los e qualificá-los para a inserção no mercado.

Partindo desses pressupostos é que se pretende analisar e avaliar qual o papel do turismo no processo de inclusão social no contexto regional, na cidade de Foz do Iguaçu e região dos Municípios ao Lago de Itaipu e região de entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

Para dar conta de analisar e avaliar o papel do turismo, apoiar-se-á na abordagem territorial. O que é abordagem territorial? Essa abordagem já foi utilizada por outros pesquisadores nos estudos sobre as desigualdades sócio espaciais, todavia, há poucos estudos relativos ao fenômeno turístico, em particular sobre o papel do turismo como agente de inclusão social.

Defende-se a prerrogativa de que o turismo pode constituir-se em agente de inclusão social, desde que o seu desenvolvimento seja acompanhado por políticas e práticas territoriais, apoiados em Ações, Programas ou Projetos de caráter social ou que apresentem como meta principal a inclusão social.

1. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, TURISMO E COMUNIDADES

A base teórica do presente estudo está centrada no conceito de “desenvolvimento territorial, turismo e comunidades”, como elemento norteador de reflexão e pressuposto essencial, com vistas a compreender o processo de desenvolvimento de Foz do Iguaçu, da região lindeira ao Lago de Itaipu e região lindeira ao Parque Nacional do Iguaçu, em decorrência ao uso turístico das comunidades ou propriedades vinculadas ao TBC.

Discute-se, a partir da atividade turística, o território como elemento chave para a compreensão da economia solidária, ressaltando a recriação do território como instância capaz de fazer emergir uma nova cooperação entre as pessoas. A economia social e solidária é uma ferramenta importante para a reterritorialização das atividades; não deve ser considerada apenas como uma economia da pobreza e da sobrevivência, mas como um projeto político que permite às populações readquirirem soberania e autonomia, discutindo coletivamente as escolhas do que produzir, consumir, repartir. Pode contribuir para a redefinição das relações entre o local e o global.

1.1 A Questão do Desenvolvimento do Território e o Desenvolvimento

Podemos caracterizar o desenvolvimento como sendo um processo dinâmico de transformações, não apenas nas formas de produção e tecnologias, mas também nas instituições sociais, políticas e econômicas, implicando mudança, evolução, crescimento e avanço, reconhecendo-se a importância da atuação do estado e do mercado na promoção do desenvolvimento.

Importante, nesse contexto, o entendimento da diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico vem sempre acompanhado do crescimento econômico, embora o crescimento não implique, necessariamente, em desenvolvimento (DIAS, 2003). Percebe-se uma diferença ao constatar que crescimento não conduz automaticamente à igualdade e à justiça social, está relacionado ao crescimento da renda nacional per capita, ou seja, aumento do PIB, enquanto o desenvolvimento se constitui em um processo de

mudanças qualitativas estruturais, preocupa-se com a geração de renda e sua distribuição, conseqüentemente, com a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população. Um país só estará realmente melhorando seu nível de desenvolvimento econômico e social se, juntamente com o aumento da renda per capita, melhorar também os indicadores sociais.

Os organismos de turismo realizam várias prospecções do que será o turismo a alguns anos, o evidente aumento do fluxo turístico, porém fica o questionamento de quais serão os impactos previstos com o desenvolvimento, pensando nos turistas e comunidade local.

Ao se pensar em desenvolvimento, é necessário respeitar a cultura das comunidades, que têm na tradição família, valores, modo de ser e agir a sua identidade. Se não forem respeitados e valorizados esses atributos, certamente irão se perder, perdendo-se também a possibilidade de serem criados círculos virtuosos com outras dimensões do desenvolvimento.

A mobilização dos atores locais, o uso de seus recursos humanos, materiais, naturais e financeiros, a formação de redes, associações e cooperações entre organismos, instituições e empreendimentos locais, são instrumentos que têm conduzido a novas alternativas de desenvolvimento econômico, social e ambiental, através de estratégias específicas capazes de reduzir as desigualdades sociais.

Para Fukuyama (1995), a capacidade de cooperar socialmente depende de hábitos, tradições e normas anteriores, virtudes que são encontradas no estoque do capital social de uma determinada comunidade, capital social este que não pode ser adquirido simplesmente por indivíduos agindo por conta própria, uma vez que é uma construção coletiva e histórica.

A viabilidade e o sucesso para o desenvolvimento territorial dependerão da percepção e reconhecimento da importância da coletividade e esforço da comunidade em mobilizar as energias locais em torno de uma ideia de desenvolvimento concebido e construído pela própria comunidade. É fundamental, quando se refere ao processo endógeno, que se tenha capacidade de mobilizar, utilizar, construir, valorizar os recursos locais para o aproveitamento e desenvolvimento do território pela comunidade, somado ao potencial de desenvolvimento, compreendidos como a quantidade de fatores e recursos no

território, a localização geográfica, o clima, a infraestrutura, entre outros, tendo em vista que a dinâmica e transformação são contínuas e está nas mãos da comunidade a possibilidade de adaptar-se às transformações econômicas, produtivas, tecnológicas, políticas, organizacionais, sociais, entre outras.

É perceptível, mediante o exposto, que a formação e a constituição de instituições formais locais são primordiais para o início de um processo de desenvolvimento e construção de uma identidade local, que permita aos residentes irem em busca de seus interesses, representadas pelo poder público, pelo setor empresarial, pela sociedade civil organizada, pelas redes e relações formais e informais.

O crescimento e a expansão das iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão, cooperação e integração entre os povos, em que os direitos sociais e políticas de fomento ao desenvolvimento têm, a cada dia que passa, ganho maior espaço no território brasileiro, mostrando uma diversificada realidade e trazendo para discussão um conjunto importante de questões teóricas e políticas.

A Economia Solidária se faz presente nos mais diversos ramos da economia, inclusive no de alta tecnologia, pautada em lógicas econômicas, diferente do capitalismo predador, abrindo espaço para moderna cooperação entre os produtores diretos, visando um desenvolvimento inclusivo, justo e respeitador do meio ambiente, podendo se configurar como um dos vetores de mudança da sociedade, através de seus movimentos e inserção de políticas públicas para o setor.

1.2 As novas Formas de Economia

O desenvolvimento local surge como uma possibilidade promissora para se enfrentar os problemas como fome, desemprego, migração, educação, saúde, entre outros problemas sociais que promovem a exclusão da população. Além da geração de renda, os benefícios estão centrados na preservação e valorização cultural e ambiental, interação, acesso ao conhecimento, entre outros.

A noção de espaço está relacionada ao núcleo a que pertence e às modificações que foram ocorrendo ao longo de sua formação, pela natureza e pela ação humana sobre o espaço geográfico, o que se denomina de espaço social. Ao se pensar na construção do espaço turístico, é necessário integrar os espaços com as necessidades da comunidade, envolvendo o poder público e o privado, de forma a se gerar recursos para melhorias das infraestruturas que serão disponibilizadas para o lazer do turista, e se planejado adequadamente torna-se mais atrativa.

A sustentabilidade é uma forma integrada de planejamento turístico que procura garantir, a longo prazo e com o mínimo de deterioração de recursos, de degradação ambiental, de rompimento cultural e de instabilidade social, a segurança dos moradores. Tal abordagem tende a integrar características das tradições econômicas, físico-espaciais e comunitárias (GUERRIER, 2001, p. 25).

A atividade turística sempre está em busca de novos espaços, com vistas a oferecer novas atrações, de forma a atender às exigências da demanda mundial. Assim, cabe ao turismo preocupar-se com injustiças, exclusão social, degradação ambiental, assumindo o compromisso de contribuir com a sustentabilidade, vigorando os princípios de democracia, cooperativismo, autogestão e solidariedade.

Nesse contexto, insere-se o turismo de base comunitária, uma expressão do mundo contemporâneo, pelo qual as pessoas buscam uma interação direta com o ser humano, não se contentando apenas em comprar ou vender o produto, mais do que uma simples abertura de mercado, são desafios a serem enfrentados, o que exige uma preparação das comunidades, a fim de potencializar suas fortalezas, evitar erros e, sobretudo, agir de forma sábia, pois as deficiências constatadas são provenientes do imprevisto, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado e dos instrumentos de gestão de negócios.

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com o objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros

interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009).

A empresa comunitária é parte da economia social, mobiliza recursos próprios e valoriza o patrimônio comum, com finalidade de gerar ocupação e meios de vida para seus membros. A finalidade da empresa comunitária não é lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, através do investimento em projetos de caráter social ou de produção (MALDONADO, 2009). O setor de turismo apresenta grande potencial na geração de empregos e renda, em decorrência dos baixos requisitos de capital e qualificação profissional, e grande inserção dos trabalhadores que trabalham por conta própria, fortalecendo seu papel na redução de desigualdades sociais, apoiado pelo uso de políticas públicas adequadas.

Embora o dinheiro esteja sempre presente na maioria das transações comerciais, apenas como troca, surge a necessidade de interação entre as pessoas, no qual grupos urbanos ou comunidades rurais com dificuldades de inserção no mercado de trabalho criam uma dinâmica própria, onde se estreita a relação entre produtores e consumidores, com prática de atividade econômica mais cooperativa e menos competitiva, de forma a proporcionar ao ser humano vida melhor, com mais igualdade e solidariedade, despertando a interconexão entre as pessoas.

1.3 Conceituando Turismo com Base na Comunidade

O turismo compreendido como uma atividade econômica expressiva no mundo contemporâneo é indutor da produção espacial e passou a ser visto como política de desenvolvimento regional, capaz de contribuir com a diminuição da pobreza, por envolver os espaços naturais e produzidos pelo homem, assim como as pessoas, tanto as que viajam como as residentes nas comunidades visitadas. Compreender o turismo é buscar inteirar-se de sua dimensão maior e buscar encontrar soluções para os problemas encontrados nas comunidades receptoras como o desemprego, degradação ambiental, perda da identidade cultural, dos padrões locais, buscando alternativas ao turismo globalizado. É o que será focado na sequência.

De acordo com Coriolano (2006, p. 201), a comunidade é um grupo social residente em um pequeno espaço geográfico, cuja integração das pessoas entre si, e dessas com o lugar, cria uma identidade tão forte, que tanto os habitantes como o lugar se identificam como comunidade. Assim, quando se fala de comunidade, fala-se ao mesmo tempo do povo e do lugar. As pessoas e os lugares são as bases necessárias ao desempenho das atividades cotidianas associativas, havendo uma solidariedade entre o grupo.

Para Coriolano (2006, p. 201), o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Uma das primeiras ações é elaborar um pacto interno com todos os residentes em defesa de suas propriedades. Todos se comprometem com a preservação de suas terras, delas não se desfazendo, e aqueles que precisam de fato vendê-la submetem o negócio à apreciação da comunidade, que analisa quem é o comprador, verifica-se se ele pode ser um parceiro, e como pode ser feita a parceria.

Segundo Lopes dos Santos (2011, p. 119):

Há três elementos presentes na sociedade pós-moderna que reorientam o entendimento sobre o turismo enquanto fenômeno social: a globalização da economia, fenômeno que gera “ilhas de prosperidade”, mas também oportuniza o aumento da massa consumidora; a difusão da informação, ou seja, a disseminação em maior escala das experiências de viagem acerca de um produto, serviço ou destino turístico, o que antecipa e subsidia o estabelecimento de (pré) conceitos acerca das experiências que serão vividas; e as estratégias complementares de massificação e segmentação, tanto da oferta quanto da demanda.

A integração desses três elementos convergem para o turismo comunitário enquanto modelo de desenvolvimento consistente à sociedade contemporânea, já que este tende a provocar maior relacionamento, envolvimento e aprendizagem acerca das singularidades locais, tanto em relação ao espaço quanto às pessoas que o habitam. Além disso, experiências orientadas para o relacionamento tendem a fugir do lugar comum do turismo de massa, propiciando (re)significações dos patrimônios material e imaterial. De modo complementar, pode-se afirmar que o turismo comunitário tende a ser mais dinâmico, uma vez que essas experiências,

provavelmente mais autênticas, derivam da valorização dos elementos não estáticos (LOPES DOS SANTOS, 2011).

O turismo comunitário é uma estratégia para as pessoas de menor condição financeira, e que não estão no mercado de trabalho, se inserirem na cadeia produtiva do turismo, de forma a valorizarem o lugar, a conservação ambiental e a cultura. Na visão de Ribeiro (2009, p. 108) o turismo comunitário é entendido como:

Uma forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão dos recursos patrimoniais comunitários, como o arranjo das práticas democráticas e solidárias no trabalho, e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos, com vista a fomentar encontros interculturais de qualidade com os visitantes. Os turistas começam com uma nova forma de relação ou de interação com as realidades tão distantes da sua, favorecendo o que se pode chamar de experiências autênticas. Além disso, há o intercâmbio de pessoas, a interação com o trabalho das comunidades e outras atividades da vida cotidiana.

Esse tipo de modalidade de turismo foge do turismo de massa, torna-se mais dinâmico e apresenta novos valores e significações ao patrimônio material e imaterial, proporcionando interação com a comunidade local, aquisição de conhecimentos, despertando significados diferentes em um mesmo território. No momento em que se for construir o território para a prática da atividade turística é fundamental a participação da comunidade local, desde o planejamento e ordenação territorial à operacionalização e ganhos provenientes da atividade.

Nesse contexto, a atuação profissional no setor de turismo ganha complexidade num mundo que se modifica constantemente e tende a transformar os tradicionais serviços turísticos em um arranjo de experiências culturais.

O profissional de turismo deve estar preparado para atender a essa nova demanda, para compreender que o foco de sua ação é o viajante, sua necessidade e expectativa, que deve ser um consultor de experiências, compreendendo a dimensão do turismo. É necessário criar relações de reciprocidade, em que o viajante é visto como pessoa que participa, que tem imaginação e expectativas, que deseja uma relação de prazer inteligente com sua experiência de viagem. Nenhuma viagem é possível sem que os aspectos físicos de planejamento de um roteiro turístico sejam do pleno domínio do atendente. É preciso estabelecer uma relação de confiança, competência e respeitabilidade no serviço prestado.

2. DIAGNÓSTICO SOCIO-TERRITORIAL DE FOZ DO IGUAÇU E REGIÃO

Para um melhor entendimento sobre o objeto de estudo, será apresentado na sequência um breve descritivo sobre os locais estudados. Foz do Iguaçu esta localizada no extremo Oeste do Paraná, compõe a região Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu, na confluência dos rios Paraná e Iguaçu, faz fronteira com Paraguai e Argentina e integra o Mercosul¹. Dessa forma, percebe-se que esses espaços, com claras fronteiras culturais, ambientais e sociais, procuram fortalecer-se como um produto turístico. É a maior cidade de fronteira do Brasil, o que facilita o intercâmbio cultural e social, além do aproveitamento da infraestrutura dos três países. O destino apresenta considerável importância, não só no cenário turístico nacional e internacional, mas para o desenvolvimento e a integração do Brasil com o Mercosul, a comunidade andina e toda a América Latina.

O Parque Nacional do Iguaçu (PNI) criou um Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nos municípios de entorno ao Parque Nacional do Iguaçu (PDTS. PNI) que foi desenvolvido e coordenado a partir de 2004 pela Direção do Parque Nacional do Iguaçu, com o apoio da ECOPARANÁ (autarquia ligada à Secretaria do Estado de Turismo - SETU), com o objetivo de incentivar o turismo como alternativa de crescimento econômico, estimular o desenvolvimento integrado dos municípios, promover a conservação ambiental, a criação e o fortalecimento de associações e cooperativas que objetivem a sustentabilidade de atividade turística, focando os segmentos rural e ecológico, como forma de desenvolvimento e proteção da área de uma das mais imponentes unidades de conservação do Brasil.

A principal preocupação com o Programa foi reduzir os efeitos negativos causados pelo fechamento da Estrada do Colono, integrando os municípios do entorno em roteiros turísticos regional. No Brasil, o PNI atinge diretamente quatorze e indiretamente onze municípios, chamados lindeiros, pelos limites com o Parque e a localização nas regiões Oeste e Sudoeste do estado do Paraná. Dos quatorze municípios que estão na chamada área de influência, apenas cinco têm terras abrangidas pelo Parque. Esses municípios são: Foz do Iguaçu, São Miguel do

¹ Argentina, Paraguai, Uruguai, Brasil e Venezuela são estados membros, o restante dos países da América do Sul são estados associados e México é Estado observador.

Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia e Céu Azul; os municípios de Santa Terezinha de Itaipu, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Capitão Leônidas Marques e Capanema têm divisas comuns com o Parque e os municípios de Medianeira, Ramilândia, Vera Cruz do Oeste e Santa Lúcia têm somente águas drenadas por ele. O município de Capanema, se destaca entre os doze municípios que fazem parte do projeto, pela sua atual conjuntura turística, assim como pela sua potencialidade e envolvimento da comunidade local.

Outro objeto de estudo, consiste na região lindeira ao Lago de Itaipu, também chamada de Região Costa Oeste do Paraná, pelos seus aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, culturais e históricos, inerentes ao processo de territorialização. Situados na região do extremo oeste do Paraná, todos os municípios (dezesesseis) são banhados pelas águas do Lago de Itaipu, tendo num raio de atuação em torno de 600 km, de uma população com potencial consumidor em torno de 25 milhões de pessoas. A Região Turística Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu faz divisa com as regiões turísticas paranaenses Corredores das Águas, Noroeste, e Riquezas do Oeste, além de ser fronteira com o Estado do Mato Grosso do Sul e com os países do Mercosul: Paraguai e Argentina.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Utilizou-se como metodologia pesquisa exploratória e levantamento descritivo, assim como método qualitativo sob instrumento de entrevistas, através das quais coletaram-se os dados, utilizando-se para isso o instrumento da análise de conteúdo, além de documentos: imprensa, oficiais, literatura e registros de ordem pessoal. Também se fez uso de estudo de caso, que é uma abordagem de investigação focada no entendimento, exploração e descrição de acontecimentos complexos, que permitam estudar em tempo real um determinado contexto e melhor entender o fenômeno abordado, o que ocorreu através do estudo de cada uma das propriedades visitadas, o que possibilitou as constatações na sequência apresentadas.

Constatou-se que nem todas as propriedades possuem infraestrutura ou potencialidades para receber visitantes, porém, todos acreditam que o turismo pode ser uma alternativa de renda complementar, caminho para pequenos produtores, mas muito ainda tem que ser feito, considerando que é explorado de forma incipiente, destacando-se a produção rural e agroecológica. Necessitam de melhorias nas infraestruturas, manutenção das instalações e serviços profissionais que incentivem e possibilitem as comunidades desenvolverem além das atividades tradicionais outras atividades econômicas como um meio para conseguirem maiores níveis de desenvolvimento econômico e social para a população local.

Ao serem questionados, a maioria dos entrevistados apontaram falta de integração e diálogo com outros estabelecimentos ou com os gestores municipais para a construção do processo associativo. Assim como, desconhecem as potencialidades das propriedades existentes em seu município, não há uma troca de experiências e conhecimentos, ou seja, não há uma produção conjunta da cadeia produtiva do turismo, embora se perceba a capacidade de integração da comunidade no território receptor.

Ao questionarmos os sujeitos a respeito de como se caracteriza o turismo realizado em seu estabelecimento, se houve mudanças no seu modo de vida com a chegada dos turistas, obtivemos respostas que o turista vem, passa o dia e vai embora, ou fica somente algumas horas, havendo necessidade de uma proposta que o estimule a ficar mais tempo. Sua rotina, embora tenha como prioridade atividades de subsistência como a pesca, agricultura, agroecologia, entre outras, torna-se mais interessante quando possibilita agregar atividades inovadoras e troca de experiências com o visitante, como exemplificado na transcrição de um dos produtores rurais.

Em relação aos benefícios gerados, desde que optaram em receber turistas em suas propriedades as respostas foram positivas, citou-se o aumento da lucratividade, intercâmbios culturais, vida mais movimentada, divulgação do município, troca de informações e respeito ao turista, crescimento e valorização pessoal, vontade de querer se qualificar cada vez mais.

Percebe-se que a maioria dos gestores encontra benefícios em receber turistas, que vão além de questões econômicas, como a valorização da união e

cooperação dos atores envolvidos, as experiências de troca de cultura existentes na relação entre visitante e comunidade, buscando apresentar um local hospitaleiro e acolhedor, valorizando o território onde vivem, desenvolvendo sentimento de pertencimento.

Em relação aos dados apresentados sobre a localização geográfica, do ponto de vista territorial, percebe-se que a maioria dos estabelecimentos se encontram em propriedades rurais, alguns em unidades de conservação, exemplificada através do relato abaixo. Ainda do ponto de vista territorial, destacamos que os municípios estão localizados próximos uns dos outros, em um eixo de 350 km de distância, considerando Foz do Iguaçu a Guaíra, o que facilita a articulação entre eles. Importante mencionar o município de Itaipulândia, que se distancia 60 km de Foz do Iguaçu, tendo-o como atrativo complementar.

O acesso é possível por meio de transporte terrestre ou fluvial, mas pelo fato de o município não possuir estrutura de hospedagem e de gastronomia para turistas, não pode ser considerado destino turístico. Assim, muitas pessoas que estão em Foz do Iguaçu deslocam-se para Itaipulândia e retornam ao final do dia, aproveitando seus atrativos naturais, como o balneário e a estrutura para pesca. Recentemente foi inaugurado o Parque Aquático Terminal Lagos de Itaipu, que tem grande potencialidade de atração e investimentos turísticos.

Convém destacar que a maioria dos percursos das estradas que dão acesso às comunidades é precário, as estradas não são pavimentadas, são de terra, impossibilitando o acesso nos dias de chuva, além do fato de que a sinalização é deficitária, dificultando a chegada até o local. As propriedades também estão distantes umas das outras, interferindo na participação e coesão social. Não há disponibilidade de transporte rodoviário até as propriedades, o acesso tem que ser através de vias próprias. Apesar de o transporte e as vias de acesso serem um fator de destaque para o desenvolvimento turístico, não são obstáculos que inibem o envolvimento das pessoas com espírito solidário, que buscam uma integração comunitária na busca do desenvolvimento local da região.

Outro quesito fundamental é a organização dos estabelecimentos, e nesse caso, possuem gestão familiar, oriundos da cultura italiana ou germânica, configurando o casal como responsável pela recepção e atendimento do visitante,

desempenhando a família papel fundamental para a organização e fortalecimento local. Porém, percebe-se que se centraliza somente no casal, porque os filhos não têm interesse em trabalhar na propriedade dos pais, querem sair em busca de algo melhor.

No que se refere à infraestrutura existente nas propriedades, observou-se que cada uma delas tem suas particularidades, de acordo com os serviços prestados, com as características rústicas, nada muito luxuoso e especializado. Pequena porcentagem tem condições de hospedar os turistas, o que significa que fica difícil desenvolver o turismo sem que se tenha investimento em meios de hospedagem, assim como nos locais destinados à gastronomia, que embora tenha grande potencialidade em função da existência de culturas diversas, como alemã, italiana, polonesa, entre outras, não possuem equipamentos para atender a uma demanda considerável de visitantes.

Esses municípios recebem grupos de turistas ocasionalmente, não existe um fluxo contínuo de visitantes, e as visitas têm que ser agendadas anteriormente, de forma individual ou coletiva, o que reflete a falta de regularidade de atendimento, que por não ter atendimentos regulares, quando procurados não conseguem ofertar o produto, subentendendo-se que a sazonalidade interfere na periodicidade das atividades, o que caracteriza uma instabilidade financeira.

O perfil da demanda que visita à região é composto principalmente por visitantes que simpatizam com os temas relacionados com a conservação da natureza e valorizam os modos de vida das comunidades locais e sua estreita relação com a biodiversidade do território, bem como a preocupação em conservá-la, além do cuidado com o manejo da fauna e flora das propriedades naturais. A procedência desses visitantes é local ou de cidades vizinhas da região, em um raio de no máximo trezentos e cinquenta quilômetros de distância. Porém, é preocupante o fluxo de visitantes que permanece apenas um dia na comunidade, pois, dependendo do perfil, pode ocasionar problemas relacionados ao lixo e desrespeito com a natureza, ou não se preocupam com os projetos de desenvolvimento territorial e das comunidades sob o enfoque da sustentabilidade.

Considerando que o ecoturismo e turismo de aventura é uma das promissoras potencialidades econômicas para Foz do Iguaçu e região, e que muitas

propriedades estão localizadas em unidades de conservação, contemplando rios, cachoeiras, nascentes, áreas verdes, remete-nos a uma preocupação com a capacidade de carga local, uma das formas mais apropriadas para estabelecer o equilíbrio e evitar problemas no destino turístico, ao fazer referência ao número máximo de turistas que podem ser acomodados em um destino geográfico, possibilitando estabelecer limites aceitáveis na exploração dos recursos.

Referente à forma de divulgação dos estabelecimentos, constatou-se que a ação é realizada através das redes sociais, folders impressos e dos circuitos e roteiros, feiras dos produtores rurais, entre outras exposições, o que demonstra a fragilidade dos meios de comunicação utilizados e os materiais promocionais confeccionados. É preciso empreender e inovar de forma contínua, considerando que os empreendedores são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico local, através da apresentação de novos produtos e serviços, que nesse caso devem considerar os recursos naturais e culturais presentes na comunidade local, ou seja, a grande preciosidade de conhecimentos e atributos advindos com sua descendência.

Em relação à organização sociopolítica, as comunidade percebem a importância da união e cooperação dos atores envolvidos na organização das atividades propostas pela iniciativa, dessa forma, estão organizadas em associações, que têm por finalidade principal a agroindustrialização de produtos in natura, produção e venda de artesanatos, produtos agroecológicos, e em sua sede, desenvolvem ações com o intuito de atuar na defesa dos interesses das famílias associadas, como a Aprofoz. Também se organizam em forma de Cooperativas, a exemplo da Cooperativa de Táxis de Foz do Iguaçu (COOTRAFOZ), ou Circuitos como o Circuito Sabiá, ou Roteiros, como o Doce Iguassu, unindo esforços para divulgarem e comercializarem conjuntamente os produtos. Para isso se encontram semanalmente para participar de reuniões e definir ações a serem executadas.

No que se refere às normas de apoio, crédito e fomento ao TBC, os empreendedores conhecem e têm utilizado o Programa Pronaf, que foi apresentado pela Emater, os quais utilizaram para compras de veículos para transporte de mercadorias para feira e compra de máquinas. Também conhecem o Sistema

Sicred. Vários estabelecimentos possuem alvará que os permite expor seus produtos em Associações como a Aprofoz.

Quando questionados sobre o apoio do poder público municipal ou estadual em relação ao turismo, como cursos de capacitação e qualificação profissional, oficinas, palestras, entre outros, afirmaram receber apoio e terem participado dessas oportunidades geradas com o intuito de aprender sobre o segmento, no entanto, os reflexos de melhorias se mostram poucos significativos, desarticulados e frágeis em relação ao desenvolvimento do turismo, dependência de gestores externos, o que evidencia a ausência de ações governamentais. Cita-se, como exemplo, o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Paraná, que até o momento não fez nenhuma inserção de TBC em suas políticas públicas, o mesmo acontece com o município de Foz do Iguaçu, que possui outras prioridades e nesse momento não possui intenção de investir em projetos de TBC.

Diante do panorama apresentado, compreende-se que Foz do Iguaçu e região não estão articulados para possibilitar uma experiência de turismo de base comunitária, muitos entraves ainda precisam ser superados, como a falta de organização comunitária e um processo de gestão concentrador, embora algumas experiências tenham caminhado para uma proposta de TBC, mas, muitas vezes, dependendo de um agente externo que se mostra parceiro dessas experiências, ajudando na estruturação de produtos e serviços oferecido pela comunidade aos visitantes. O que ocorre são algumas iniciativas isoladas e iniciais, que buscam encontrar no turismo fonte de renda complementar às suas atividades cotidianas. O que nos leva ao questionamento no âmbito acadêmico de um novo conceito que consiga contemplar essas práticas realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se atreves desse estudo que algumas ações de turismo de base local têm sido realizada na região, nas quais procura-se integrar a conservação ambiental, a valorização da diversidade cultural e a participação direta das comunidades locais no processo de desenvolvimento do turismo em escala regional.

Verifica-se no mundo todo uma crescente demanda de turistas que buscam praticar a atividade turística de modo que esta permita uma vivência maior com o meio ambiente natural e cultural, que seja mais participativa no modo de vida das populações dos lugares visitados e que não seja uma experiência apenas contemplativa. Ao contrário, que seja, uma experiência que venha proporcionar vivências comunitárias como as ofertadas pelo turismo de base comunitária. Neste contexto, empresas de turismo e profissionais da área têm se especializado neste segmento, de modo a oferecer produtos específicos para um público crescente e ávido por viver novas experiências durante o seu tempo de lazer.

Neste cenário, como procurou-se demonstrar ao longo desse trabalho, novas perspectivas e oportunidades têm surgido adotando-se o turismo como vetor de desenvolvimento local solidário e sustentável. Essas oportunidades vêm no turismo uma forma de ajudar as comunidades locais a configurar-se de maneira mais humana, equitativa e competitiva em um mercado turístico cada vez mais globalizado e excludente. Nesse contexto, o turismo baseado na comunidade passa a ser considerado como uma alternativa para a solução de problemas de desemprego, pobreza e falta de oportunidades gerados no modelo tradicional de turismo, ou seja, do modelo baseado só no mercado, calcado exclusivamente no enfoque econômico, que não leva em conta o desenvolvimento humano e a inclusão social.

Conforme evidenciado nesse estudo, o fortalecimento de um destino está diretamente relacionado à sustentabilidade das suas ações. Nesse sentido, é importante variável para o reconhecimento das potencialidades locais, o planejamento estratégico das ações, assim como a participação da sociedade civil. É também importante a compatibilização de informações entre todos os parceiros, comunidade e atores envolvidos, sejam eles locais, regionais, nacionais ou estrangeiros. Essa análise leva à conclusão de que, em geral, as comunidades receptoras não usufruem do crescimento do turismo mundial, visto que poucos benefícios são efetivamente comprometidos com o desenvolvimento local, e apenas uma pequena parcela é beneficiada.

REFERÊNCIAS

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Anablumme, 2006, p. 238.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 226.

FUKUYAMA, F. 1995. *Trust the Social Virtues and the Creation of Prosperity*. New York: Free Press.

GUERRIER, Y; ROBERTSON, M. Eventos como Vitrines Empresariais: Sevilha, Barcelona e Madrid. In: GUERRIER, Yvonne, ROBERTSON, Martin; LOPES, R. **O Mundo Construído**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2001.

MALDONADO, C. O Turismo Rural Comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 369-501.

RAMIRO, R. **Economia Solidária e Turismo: Uma Avaliação da Experiência de Incubação de Cooperativas Populares na Cadeia Produtiva do Turismo na Região Nordeste do Brasil**. Brasília, Editora IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável / Ministério do Turismo, 2010.

RIBEIRO, M. Turismo Comunitário: Relações entre Anfitriões e Convidados. Em PANOSSO NETTO, Alexandre & ANSARAH, Marília Gomes (Org). **Segmentação do Mercado Turístico: Estudos, Produtos e Perspectivas**. São Paulo: Manole, 2009.